

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Camila Glasenapp Chwartzmann

**ERA UMA VEZ A FUNÇÃO DA FICÇÃO NA CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA:
psicanálise e narrativa**

Porto Alegre

2018

Camila Glasenapp Chwartzmann

**ERA UMA VEZ A FUNÇÃO DA FICÇÃO NA CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA:
psicanálise e narrativa**

Trabalho apresentado como requisito parcial para a
conclusão do Curso de Graduação em Psicologia pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadores: Manoel Luce Madeira
Marta D'Agord

Porto Alegre

2018

Camila Glasenapp Chwartzmann

**ERA UMA VEZ A FUNÇÃO DA FICÇÃO NA CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA:
psicanálise e narrativa**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Psicóloga.

Aprovado em: ____ de _____ de ____.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Madeira

Coorientadora: Profa. Dra. Marta D'Agord

Comentadora: Profa. Dra. Simone Moschen

Agradecimentos

Às palavras que recebi em torno do berço, narradas pela minha mãe – suficientemente narradora – que me apresentou ao mundo maravilhoso dos contos de fadas

Às palavras conciliadoras do Jô, que me ensinaram a enxergar o mundo sob outros pontos de vista

Às palavras-suporte da tia Rô, às quais sempre pude recorrer quando me perdi no caminho

Às palavras de incentivo do Manoel, que me ensinaram que meus pés conseguiam caminhar sozinhos

Às palavras rápidas da Marta que, sempre cheia de ideias, se fez presente nos momentos de desespero

Às palavras sensíveis da Simone que, há tanto tempo, me acompanham e inspiram minha formação

Às palavras criativas do Thai, que além de tudo me emprestou as mãos mágicas que deram vida a este trabalho

Às palavras enigmáticas da Sassá e às animadas da Ju, que, cheias de sabedoria e disponibilidade, permitiram que eu chegasse até aqui

Às palavras brincalhonas do Matheus e da Patricia que, durante todo esse período, foram continentais e me mantiveram de pé

Às palavras ricas, trocadas com a Amanda e com o Jaime, que se dispuseram a ler de novo e de novo e contribuíram tanto para a conclusão deste trabalho

Às palavras parceiras da Pati V. que se fizeram ouvintes por horas a fio e encontraram sentido nas minhas palavras

Às – poucas – palavras do Cleber, que vem me ajudando a contar outras versões de mim.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
A PERPETUAÇÃO DA NARRATIVA E SUAS DIVERSAS FACES.....	10
ERA UMA VEZ.....	14
A CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITO: Alienação/Separação e Estádio do Espelho	18
A CONSTITUIÇÃO É UNIVERSAL? HISTÓRIAS QUE NÃO SE PODEM CONTAR	23
A CRIAÇÃO DO QUE NÃO É.....	27
AGORA EU ERA	30
ERA UMA VEZ.....	34
REFERÊNCIAS.....	38

INTRODUÇÃO

Tudo no mundo começou com um sim. Uma molécula disse sim a outra molécula e nasceu a vida. Mas antes da pré-história havia a pré-história da pré-história e havia o nunca e havia o sim. Sempre houve. Não sei o quê, mas sei que o universo jamais começou. Que ninguém se engane, só consigo a simplicidade através de muito trabalho. Enquanto eu tiver perguntas e não houver respostas continuarei a escrever. Como começar pelo início, se as coisas acontecem antes de acontecer?
(Clarice Lispector, A hora da estrela)

A verdade tem estrutura de ficção, nos disse Lacan. Isso significa que todas as nossas experiências e, portanto, toda a nossa realidade subjetiva, são construções simbólico-imaginárias, visto que há algo da linguagem que sempre escapa. Em psicanálise, dizemos que a experiência do sujeito é sempre intermediada pelo fantasma, que é o responsável pela tessitura da trama, quem suporta o desejo. Assim, podemos dizer que o fantasma nada mais é do que uma narrativa inconsciente. A partir disso, fica claro que todas as narrativas que contam(os) de nós também perpassam essa lógica ficcional. Mas, o que somos, além do que nos contam que somos? De que forma esse se contar passa a vir de si e não de um outro? De que forma somos atravessados e constituídos por essas narrativas sobre nós e para nós? E, sendo assim, estamos eternamente presas a elas?

Manoel de Barros, em seu poema “Escova”, diz:

“Logo pensei de escovar palavras. Porque eu havia lido em algum lugar que as palavras eram conchas de clamores antigos. Eu queria ir atrás dos clamores antigos que estariam guardados dentro das palavras. Eu já sabia também que as palavras possuem no corpo muitas oralidades remontadas e muitas significâncias remontadas. Eu queria então escovar as palavras para escutar o primeiro esgar de cada uma. Para escutar os primeiros sons, mesmo que ainda bígrafos”.

Conversando com a epígrafe da Clarice, o poema remete muito a essa busca incessante pelo sentido “verdadeiro”, pela palavra fundante, pela narrativa que foi contada tantas vezes até chegar a nossa vez de ganhar uma versão dela, que iremos passar adiante já modificada, transformada em sua nova versão. Bom, quem somos nós? Uma experiência é sempre uma ficção, diz Foucault. Não é verdadeira nem falsa – “é alguma coisa que se fabrica para si mesmo, que não existe antes e que poderá existir depois” (1968, p.293). Estamos nessa

constante investigação, a procura de mais detalhes que nos contem. Por isso nos contamos de novo e de novo. Para que faça sentido.

É interessante pensar, também, que fazemos parte de um conjunto, de uma transmissão - eterna - que não fala só de nós. Se existe uma narrativa sobre a gente, é porque existiu uma anterior e outra e outra, infinitamente. Nascemos como personagens de uma história de muitos anos. Além disso, se eu me narro a partir de uma versão narrada sobre mim, ou a versão que eu entendi que fosse, significa que teria mais um milhão de possibilidades. O que me permite recontar minha própria versão a partir delas. A questão é saber o quanto essa marca é permanente ou se, na verdade, nós a tornamos estática quando a vemos como única opção. E, se o que eu conto é a versão da versão, a pré-história da pré-história, sempre em busca da eterna construção da versão final, é sempre possível inventar uma versão outra, nova.

Claro que na prática não é isso que acontece porque nos prendemos a essas marcas que recebemos. Mas o processo de análise não deixa de pôr em jogo todos esses conceitos no momento em que, não só tensiona os nós a partir da fala para que, em algum momento haja um processo de elaboração, mas também valida todas as outras versões deste “se contar”. Amplia nosso campo de possibilidades.

Então, o que me proponho a pensar neste trabalho é o modo como se tecem as nossas versões da história dentro da nossa constituição psíquica. Pensando a partir de uma perspectiva psicanalítica, faço um percurso por essa construção, desde a infância até a idade adulta.



A PERPETUAÇÃO DA NARRATIVA E SUAS DIVERSAS FACES

O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? [...] Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa.

(Walter Benjamin - Sobre o conceito da história)

Há muito tempo, as histórias contadas acompanham a humanidade: seja para passar o tempo, ou para repassar conhecimento e experiência para outras gerações, as narrativas se instalaram como tradição da transmissão oral. Mas, ao contrário de outros processos de comunicação, elas não têm a intenção de transmitir uma informação crua, mas, sim, compartilhar experiências. Segundo Benjamin,

“a narrativa, que durante tanto tempo floresceu em um meio artesão [...], é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o "puro em si" da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para, em seguida, retirá-la dele. Assim, se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (1936, p. 205).

Muito mais que passar conteúdos, se tratava de estabelecer uma continuidade, ou seja, “não se dava tanto num eixo vertical da geração antiga para a mais nova, mas no plano horizontal, já que ocorria pela posição ocupada pelo filho frente à palavra do pai, para o qual a experiência seria transmitida e compartilhada” (BIANCO; COSTA-MOURA; SOLBERG, p.19). Assim, o filho incorporava as histórias narradas em sua própria experiência.

Essa forma de transmissão, segundo Benjamin, foi abafada com o surgimento dos romances e jornais, que têm como objeto experiências individuais. Assim, a modernidade traz consigo uma narrativa centrada no eu, a qual, podemos dizer, Freud tão bem caracterizou como o “romance familiar dos neuróticos”. Segundo o autor, “o progresso da sociedade descansa, todo ele, nessa oposição entre as gerações dos pais e dos filhos” (1909, p.217). O neurótico é aquele que ‘fracassa na tarefa’ de tomar o seu lugar nessa oposição. O que era dado na transmissão anteriormente, ou seja, que um filho ouvisse a palavra do pai (e se situasse em relação a ela), torna-se uma questão a ser resolvida, podemos dizer, por cada um.

Por outro lado, não é à toa que Lacan nomeia sua releitura do romance familiar como *O mito individual do neurótico*. A obra nos fala que é a partir de fantasias originadas no Complexo de Édipo que o sujeito muda, imaginariamente, sua relação com seus pais. A isso chamamos de mito, enquanto formulação discursiva na tentativa, sempre falha, da transmissão da verdade (LACAN, 1952). Seguindo essa ideia, podemos ir ainda mais adiante e falar sobre o mito originário. Em 1913, Freud, na tentativa de encontrar uma história que indicasse uma origem comum a todos os homens, vai além e diz que a humanidade é constituída a partir de um mito originário, mito este fundador da cultura (simbólico) e seus interditos. A história conta que o pai da horda primeva, dominante e controlador, foi morto por seus filhos, que se uniram para derrotá-lo. Devorando a carne do pai, poderiam herdar seus traços e sua força (identificação). No entanto, depois que o ódio pelo pai opressor se desvaneceu, um sentimento de culpa invadiu a todos; ninguém poderia ocupar o lugar do pai que fora morto e o pai da horda primeva se tornou ainda mais forte do que fora quando vivo. Assim, um pai simbólico é instituído para ocupar seu lugar: o totem. Dois tabus foram implementados, tabus fundamentais, correspondentes aos dois desejos reprimidos no complexo de Édipo: a morte do totem, substituto do pai, e o incesto. Assim como no Édipo, essa morte simbólica é essencial para a afirmação do sujeito enquanto tal.

Assim, apesar do que nos diz Benjamin, não poderíamos pensar o próprio mito enquanto uma narrativa, no sentido em que há uma transmissão que permanece e nos une universalmente? Mesmo que a ideia de um mito originário seja inconsistente, já que é um mito criado por Freud - um romance familiar da humanidade, se assim podemos chamar -, ainda podemos encontrar elementos que fazem parte da nossa constituição subjetiva (já que eles abordam questões que aparecem durante o complexo de Édipo). Desse modo, pode até ser que um certo formato de narração tenha se apagado, mas acredito que o conteúdo permanece, mostrando apenas formas mais variadas. Freud diz, em *Escritores criativos e devaneios*, que “na realidade, nunca renunciamos a nada; apenas trocamos uma coisa por outra. O que parece ser uma renúncia é, na verdade, a formação de um substituto” (1908, p.80). Assim, por mais que pareça que essa transmissão se perdeu, algo dela sempre estará presente, talvez sob uma nova forma. A psicanálise, por exemplo, apesar de ter sua base teórica aparentemente voltada para o Eu e para a elaboração de questões individuais, opera a partir da fala. Fala essa que, de certa forma, não pretende outra coisa que não narrar uma experiência. Assim, podemos dizer que a psicanálise restitui algumas características da narrativa tradicional, visto que se organiza através de uma fala que não tem um sentido explicativo (BIANCO; COSTA-MOURA; SOLBERG, 2010).

A modernidade trouxe também uma outra mudança: a invenção da infância. O individualismo criou a criança enquanto fruto do narcisismo parental: agora, elas representam uma promessa de imortalidade dos pais. Segundo Calligaris (1996, p. 215), “delas (crianças) esperamos que nos ofereçam a imagem de uma plenitude e de uma felicidade que não é, e nunca foi a nossa, mas graças à qual podemos amar a nós mesmos”. Com isto, fica claro que é a partir desse momento que se cria a possibilidade do que Freud chamou romance familiar. Ao mesmo tempo, este novo momento abre portas para uma nova forma de transmissão das narrativas: os contos de fadas. As histórias que se contavam anteriormente entre e para os adultos, passaram a ser direcionadas para as crianças. Com a valorização da infância, os contos de fadas passaram a circular, transmitindo (não-verticalmente) uma “experiência” que a criança pode usar como quiser.



ERA UMA VEZ



Era uma vez, em um reino distante, um rei e uma rainha que, após muito esperar, tiveram uma linda filhinha. Para o seu batizado, doze fadas foram convidadas a presentear a princesa com seus dons. Uma décima terceira foi esquecida. Ofendida, ela irrompe salão a dentro, interrompendo a última fada e lança uma maldição. A menina morrerá. A décima segunda fada, ainda tendo seu dom para dar, adianta sua impotência em anular o destino predito, mas que está em seu poder amenizá-lo: a criança viverá, mas não sem custo.



Histórias que começam com o famoso “era uma vez” circundam nosso imaginário desde épocas pré-datadas. Ele, por si só, nos transporta para um outro espaço-tempo, no qual podemos ouvir, ver, ser e viver qualquer coisa. E se nós, adultos, somos tão facilmente lembrados e invadidos por esta sensação, podemos dizer que as crianças vivenciam isso de maneira muito mais intensa. Estando em fase de constituição psíquica, elas ainda se utilizam dessas histórias para apaziguar as angústias de ser um ser em formação. Como dito anteriormente, os contos de fadas surgem a partir de uma readaptação da antiga tradição oral e servem, portanto, para repassar ensinamentos e experiências às crianças.

Uma outra forma de narrativa que se perpetuou é a que se fala da criança antes de nascer. Qual a história que ela já carrega antes mesmo de existir? Como dito na introdução, mesmo antes de nascer, a criança já está inserida em uma trama, já faz parte de uma história que aguarda seu “herdeiro”, sujeito esse que, a partir de suas próprias marcas, poderá recriar sua própria versão. Rosa (2000, p. 32), lembrando as palavras de Rodolfo, diz que “a família é porta-voz de uma lei e de um imperativo que indica certo regime desejante familiar que situa o sujeito e que, por seu turno, se perpetua. Sob a forma de mitos. Mitos que são definidos como arquivos em que um punhado de significantes são dispostos de certa maneira”. O bebê, ao nascer, ocupa um lugar pré-determinado neste mito familiar. Este serve para proteger o grupo familiar da dissolução, contém sua filosofia de vida e o lugar de reconhecimento da pessoa como pertencente ao grupo. A pré-história do sujeito no discurso de seus pais, discurso este impregnado pelo imaginário social, vai compondo os elementos que possibilitarão sua constituição.

A partir do que lhe é dito e endereçado, é colocado em posição de sujeito. Assim, ele consegue entrar no mundo da linguagem e, de fato, se constituir enquanto tal. Sem isso,

morreria. Nem biologicamente seria capaz de sobreviver se não fosse sustentado pelo olhar do Outro. Assim, essas palavras ditas “em torno do berço”, possibilitam que a sina da morte não se realize. Claro, não se pode fugir totalmente disso, assim como não se pode ser um molde do desejo do Outro. Enquanto os pais vão provocando traços nos filhos, estes vão, cada vez mais, se consolidando como sujeitos de desejo e, portanto, vendo e sentindo o mundo a partir de suas próprias experiências. As histórias narradas sobre e para o sujeito vão se entrelaçando em sua constituição. “A humanização do organismo vai se dar no entre-lugares de um assujeitamento às condições históricas transmitidas pelos adultos próximos às crianças e da tomada de posição do pequeno frente a esses determinantes que lhe chegam, vindos de uma ancestralidade que ele não domina” (MOSCHEN, 2011, p. 91). Maria Rita Kehl diz que “somos o delicado equilíbrio entre não encarnar o que se espera de nós e (viver) levando em conta justamente isso” (2006, p. 18). Ainda segundo a autora,

“de toda a gama de ameaças e perigo que assolam e fascinam o mundo infantil, é importante destacar o desamparo das crianças diante das fantasias inconscientes dos pais, às quais estão particularmente expostas pelo fato de serem, para elas, perigos irrepresentáveis. Estes [...] englobam também uma série de possibilidades de resposta à pergunta sobre o sonho parental: o que o Outro quer de mim? Pergunta cuja resposta é impossível de ser atendida pela criança” (p. 18).

Lacan diz, no Seminário 11, que o desejo do Outro é apreendido pelo sujeito nas faltas do discurso do Outro, e todos os por-quês? da criança testemunham menos de uma avidez da razão das coisas, mas, sim, de um por que será que você me diz isso? sempre re-suscitado de seu fundo, que é o enigma do desejo do adulto. A angústia de não saber o que o outro espera é inevitável, e nos remete ao que Freud chamou de desamparo.

Estamos, pelo menos inicialmente, à mercê do desejo do Outro. O desamparo inaugura a dependência do Outro, a partir do qual se funda a capacidade de desejar. E os contos infantis oferecem, justamente, as condições necessárias para trabalhar o desamparo, para colocá-lo em jogo e torná-lo potente. Atuam como condição de passagem, criam bordas, tentando ajudar a colocar nome na nossa angústia. Segundo Kehl (2006, p. 18), “contar histórias não é apenas um jeito de dar prazer às crianças: é um modo de ampará-las em suas angústias, ajudá-las a nomear o que não podia ser dito, ampliar o espaço da fantasia e do pensamento”. O era uma vez permite trabalhar como uma ficção distante do agora os conflitos e angústias atuais. E, mais ainda, a criança sempre escolhe a história que mais lhe toca, tem suas preferidas e não abre mão delas. Tem papel ativo nessa construção. Assim como o mito era usado nas sociedades

antigas, as crianças entram na trama e tentam encaixar suas questões, ou, ainda, se apropriam de fragmentos, como “tijolos de significação” com os quais levanta a obra de determinado assunto. Afinal, “a criança é garimpeira, sempre procurando pepitas no meio do cascalho numeroso que lhe é servido pela vida” (CORSO, D.; CORSO, M., 2006, p. 29).



A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO: ALIENAÇÃO/SEPARAÇÃO E ESTÁDIO DO ESPELHO

*Preciso ser um outro para ser eu mesmo
Sou grão de rocha, sou o vento que a desgasta
Sou pólen sem inseto
Sou areia sustentando o sexo das árvores
Existo onde me desconheço aguardando para o meu passado
Ansiando a esperança de futuro
No mundo que combato, morro
No mundo que luto, nasço
(Mia Couto, Identidade)*

O bebê humano é prematuro se comparado aos outros animais. Isto significa que, *a priori*, não está dado que dali sairá um sujeito. Para isso, é preciso um investimento dos pais, que antecipam no bebê um sujeito por vir. Ao mesmo tempo, a partir das primeiras experiências de satisfação, vão se inscrevendo as primeiras marcas vindas do Outro. Assim, esses traços marcam o primeiro tempo da instalação do significante, são fundadores do enigma sobre o qual o sujeito se constituirá. O bebê, no início de sua vida, mais do que contar é levado em conta por outro, e por isso a instauração do traço unário, da referência simbólica, depende do laço com o Outro materno (COSTA; LEITE, 2015).

Dizemos que o sujeito é efeito do discurso do Outro. Mesmo antes de nascer, essa criança já é falada, já tem um lugar no universo discursivo da família. É por isso que dizemos que o sujeito é causado pelo desejo do Outro, ou, como diria Lacan, está alienado no desejo do Outro. Esta antecipação, normalmente feita pelos pais, insere o bebê numa cadeia significativa. Isso significa que a alienação é condição necessária para o advento do sujeito e, mesmo que esse assujeitamento ao Outro implique, necessariamente, na renúncia ao ser, na perda de si mesmo, é ele que permite a inscrição no campo da Linguagem. Nesse sentido, o sujeito (\$) surge em sua falta-a-ser como efeito do significante (BONFIM, 2012).

Pensando nessa dialética, se a alienação vem demarcar que nenhum falante existe sem a relação com o Outro e que ele inicialmente se situa como objeto de desejo desse Outro, sua dupla, a separação, salienta a tentativa do sujeito de se “separar”, sair do lugar de objeto e, assim, realmente assumir a condição de sujeito desejante e, portanto, faltoso. A alienação se fundamenta na suposição de que a afirmação do sujeito enquanto tal parte de algo que compartilha com o Outro: a falta. Segundo Ana Costa,

“o que há em comum (poder-se-ia dizer uma falta de ser, uma falta de sentido) mantém irremediavelmente conjugados os dois campos, de forma que o sujeito não pode afirmar-se a não ser enquanto resultante dessa conjugação [...], ou seja, não há como o sujeito afirmar-se enquanto ser a não ser que esta afirmação se fundamente num sentido buscado no lugar do Outro” (1998 p. 54).

O sujeito precisa ter sido incluído de alguma forma no desejo do Outro para que possa, em algum momento, transformar isso no que se poderia chamar de seu próprio desejo (já que sair disso, para o sujeito neurótico, é impossível). E é o desejo, junto com a fantasia que, segundo Freud, produzem a nossa versão da realidade. Estamos constante e eternamente reativando a lógica de alienação/separação, que nos inscreve na realidade fantasmática. É a partir disso que podemos criar uma cena, fazer uma “mostração” ao Outro.

No *Projeto para uma Psicologia Científica*, Freud retrata a questão da impossibilidade do infante em satisfazer suas próprias necessidades devido à falta de recursos motores e psíquicos, requerendo, assim, uma ação advinda do externo. Soma-se à condição de imaturidade do infans o fato de que a linguagem também nos deixa desamparados, pois, ao não nos fornecer a palavra final, a palavra que finalmente recobriria perfeita e definitivamente o furo do real, somos confrontados com o impossível, o que nos remete ao desamparo primordial (BETTS, 2014). E o desamparo (*Hilflosigkeit*), para Freud, é justamente condição primária da constituição do sujeito, em que a criança se depara com a sua fragilidade e incontornável dependência. “Em suma, a *Hilflosigkeit* em Freud é oriunda das primeiras subjetivações operadas pela criança, das suas primeiras relações com os outros – marcadas por presenças e ausências que, se forem extremadas, a expõe ao desamparo e à angústia que lhe é decorrente” (MADEIRA; MOSCHEN, no prelo). E, mais ainda, estas relações (com o Outro e com os outros) vão se dar a partir do que chamamos estádio do espelho.

Se é a partir do Outro que nos constituímos como sujeitos de desejo (e isso se dá na inscrição do sujeito dentro de uma trama simbólica - visto que o Simbólico em si precede a própria existência do sujeito, já que é, resumidamente, o conjunto de relações estabelecidas entre o complexo de castração da mãe e o complexo de castração do pai), isso implica outra etapa na nossa organização que é a fundação do registro Imaginário. A pergunta “quem sou eu” também pode ser pensada a partir da unificação do corpo e sua organização. A imagem que temos de nós mesmos não está dada. Assim como os traços e marcas que carregamos, nosso corpo também é atravessado pelo olhar do outro. As palavras, canções e sorrisos “em torno do berço” são acompanhadas pelo olhar. Então, desde sempre, somos interpelados por esse olho

do outro, e o bebê passa a se ver através desse olhar. É “o olho que se olha no olho que o olha” (CABAS, 1982 p. 19).

Desde seu nascimento, a criança é demandada pelo olhar dos que o cercam. Durante seus primeiros anos de vida, ela entra no que chamamos de estágio do espelho e, com ajuda, vai construindo a ideia de imagem - imagem do corpo, imagem de si. Isso significa que o corpo se organiza através do olhar do outro, que o organiza. Lacan, em seus Escritos, diz que “o estágio do espelho é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação - e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade” (1949, p. 100). Quando a mãe aponta para o espelho e diz “aquele é você”, o que o bebê enxerga é o que a mãe está vendo. A imagem que vemos e construímos de nós mesmos nada mais é do que uma representação do olhar do outro. Julieta Jerusalinsky diz que

“essa imagem de si, da qual a criança se apropria, provém inicialmente do reconhecimento do Outro encarnado - que, diante da imagem da criança projetada no espelho e quando esta se vira para buscar seu olhar, lhe diz: “esse é você!”, possibilitando-lhe um júbilo narcisista. Portanto, a assunção da imagem de si não se dá de modo autônomo, mas como uma operação de alienação à imagem idealizada que o Outro oferece à criança” (2009, p. 107).

É pela imagem do semelhante que a criança antecipa uma unidade corporal, que muitas vezes nem condiz com seu desenvolvimento fisiológico. Essa imagem, além de servir para a constituição de um “eu”, também serve para a construção do lugar do outro. Podemos dizer, então, que o estágio do espelho é fundador do Imaginário e, portanto, a origem do narcisismo.

“A relação narcísica com o semelhante é a experiência fundamental do desenvolvimento imaginário do ser humano. Enquanto experiência do eu, tem uma função decisiva na constituição do sujeito. O que é o eu, senão uma coisa que o sujeito primeiro experimenta como estranha no interior dele mesmo? É primeiro num outro, mais avançado, mais perfeito que ele, que o sujeito se vê. [...] Assim, o sujeito tem sempre uma relação antecipada com sua própria realização, que o lança de volta ao plano da profunda insuficiência e revela nele uma rachadura, um dilaceramento original” (LACAN, 1954, p.40).

É este Outro encarnado - geralmente a mãe - que vai emprestar significantes à criança, até que esta tenha se apropriado de seu próprio corpo.

“Isto é o que está em jogo quando uma criança que cai, em lugar de chorar imediatamente, olha para a mãe e, somente a partir da sanção desta sobre sua experiência, reage e pode fazer dessa experiência a sua. [...] A mãe, diante

da criança que se machuca, diz: “ai, assim dói”, como se estivesse a falar pela criança. Ao fazê-lo, oferece a possibilidade de a criança vir a apropriar-se da sua dor a partir dos significantes maternos” (JERUSALINSKY, J. 2009, p.108).

No entanto, não é só desses significantes que a criança se vale. As histórias contadas aos pequenos também têm esse papel. Assim como contam Diana e Mário Corso em *Fadas no Divã*, o espelho permite acesso a uma verdade que está inalcançável para o sujeito. Mas assim como o espelho, que também representa o olhar do Outro, a literatura - especialmente os contos de fadas - podem oferecer um olhar parecido. Afinal, é um jogo de amparo e desamparo, que não tira a criança da falta, mas atualiza a relação Eu x Outro, Eu x espelho. Como já falamos, a literatura põe o desamparo para ser trabalhado. E é justamente por isso que as crianças insistem em repetir as mesmas histórias de novo e de novo. Em *Além do Princípio do Prazer*, Freud diz que “a criança não se cansará de exigir do adulto a repetição de uma brincadeira que este lhe mostrou ou realizou com ela, até que ele se recuse a fazê-lo, exausto; e, ao lhe contarem uma bela história, quer sempre ouvir de novo aquela mesma, em vez de outra, insiste em que a repetição seja idêntica” (1920, p. 147).

Segundo Moschen (2011, p. 91), “a pequena criança, de forma bastante radical, se vê no espelho que o adulto lhe oferece. Esse espelho, porém, reflete os sentidos que o ser criança tem naquela cultura, naquela formação familiar, nas fantasias daquele adulto que, travestido de superfície refletora, devolve ao pequeno a significação de sua imagem”. Sendo assim, nesse empréstimo de significantes que vêm carregados de marcas enunciativas do outro, se dá uma transmissão da qual é difícil escapar. “Porém, se a estrutura é anterior à existência do sujeito, também é verdade que um bebê não nasce com ela já inscrita em seu corpo. Um longo caminho precisa ser percorrido para que essa inscrição aconteça [...] Se a estrutura já está antecipada no Outro, é no desenrolar da história do sujeito que o trabalho de inscrição vai se dar” (PINHO, 2007, p. 26).



A CONSTITUIÇÃO É UNIVERSAL? AS HISTÓRIAS QUE NÃO SE PODEM CONTAR

“A nossa escrivência não pode ser lida como histórias para “ninar os da casa grande” e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.”

(Conceição Evaristo, Representações Brasileiras, 2007)

Como dito nos capítulos anteriores, somos seres estruturados pela linguagem, que nos é passada pelo Outro. Partindo dessa premissa e continuando com a ideia de que existem narrativas anteriores a nossa existência que nos constituem, fica claro que uma “constituição universal”, como Freud propôs em algum momento de sua obra - em totem e tabu, como vimos - é impossível. Isso por que existem muitos atravessamentos que perpassam o discurso do Outro. Podemos dizer que o racismo, por exemplo, estrutura o discurso social em que ainda vivemos; estamos imersos nele. Isso significa que as narrativas que contam e, conseqüentemente, são contadas, não são as mesmas para todos.

É muito fácil falarmos em constituição quando colocamos como se todos estivessem saindo de um mesmo lugar. “Esquecemos” que, via de regra, tomamos como parâmetro o sujeito branco, cisgênero e de classe média. E por mais que o ser humano se constitua de maneira geral, da mesma forma, não podemos ignorar um fator muito importante: o que acontece com a narrativa de si quando sua história foi retirada? Quando há traços tão fortes de violência que há um apagamento da história? Quando esse fio transgeracional é rompido, o que acontece com a ficção do si mesmo? Como se recria? Quando nem o nome-do-pai restou de verdadeiro, como ficam as narrativas de si?

Quando falamos em constituição do sujeito no capítulo anterior, fizemos um percurso pré-edípico. O estádio do espelho culmina no complexo de Édipo. E é justamente a partir dele que construímos o ideal do eu, que nada mais é do que uma substituição simbólica de um narcisismo mais primário. Ou seja, é o ideal do eu que nos diz o que devemos ser como ideal tomando uma identificação para autorizar nosso desejo. É o que usamos como referência, aquilo do qual tentamos nos aproximar, nosso horizonte. É um farol, nunca alcançável, que ilumina o caminho do nosso desejo. Falamos também sobre a possibilidade do mito (seja ele qual for) ser uma forma de narrativa de si. Lacan (1956-1957, p. 258) o considera como uma organização do imaginário: “o que se chama um mito, seja ele religioso ou folclórico, em qualquer etapa de seu legado que se o considere, apresenta-se como uma narrativa”. Mas,

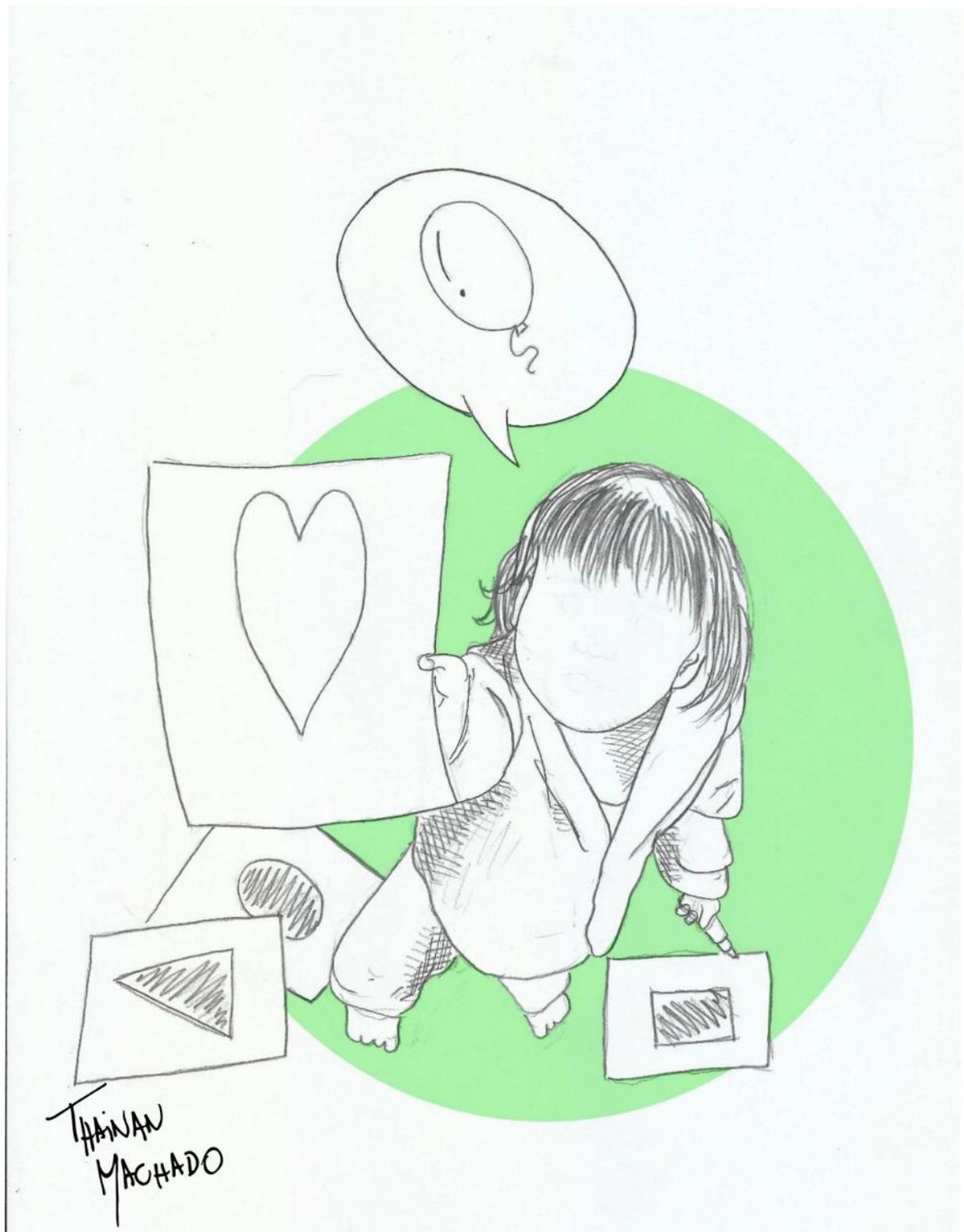
“demonstra certas constâncias que não estão absolutamente submetidas à invenção subjetiva. [...] O mito tem, no conjunto, um caráter de ficção”. Assim, pensando a partir da psicanálise, pode ser entendido como um organizador do fantasma. Este, por sua vez, nada mais é do que o ponto de vista de onde enxergamos o mundo, um organizador da realidade. É a partir dele que alguma verdade pode ser enunciada. Nossa narrativa mítica da infância se torna algo maior - o fantasma - que constitui o sujeito. “Os mitos se agenciam como tessituras significantes essenciais que conferem à verdade e às origens do sujeito suas estruturas elementares” (KRINSKY; MADEIRA; MOSCHEN, no prelo). É no mito, portanto, que se articulam os elementos essenciais da nossa constituição.

Neusa Santos, também psicanalista, nos mostra que o conceito de ideal do eu pode nos parecer tão natural que acabamos passando batido por alguns detalhes, na minha opinião, muito significativos. Em seu livro *Tornar-se Negro*, fala que numa sociedade em que o desejável, bonito e respeitado é o branco, criou-se na população negra, um “ideal de ego branco”. Sabendo que todo indivíduo, para se tornar sujeito, precisa de um modelo de identificações, e que vivemos imersos em uma ideologia que impõe o branco como ideal, surge, para o sujeito negro, a tendência da sua própria negação.

A autora também fez uma releitura do conceito de mito, pensado a partir do contexto sócio-cultural do sujeito negro. Ela nos diz que “o mito é uma fala, um discurso - verbal ou visual - uma forma de comunicação sobre qualquer objeto: coisa, comunicação ou pessoa. Mas o mito não é uma fala qualquer. É uma fala que objetiva escamotear o real, produzir o ilusório, negar a história, transformá-la em ‘natureza’” (p. 25). Surge, a partir da minha leitura, o que Miriam D. Rosa chama de ‘não-dito voluntário’: existem narrativas que são retiradas do sujeito, impedindo que alguns significantes essenciais se articulem na constituição dele e impedindo a construção da sua identidade. Acho importante ressaltar que a narrativa não deixa de ser uma forma de poder: se a linguagem nos é passada a partir do Outro, que também é quem nos vê e nos conta, podemos pensar (talvez fora da psicanálise), que estamos sempre tensionados por essas relações de poder. No caso do sujeito negro, vemos isso de maneira muito mais explícita e violenta quando há, por exemplo, a escolha de uma narrativa em detrimento de outras, narrativa essa que visa modificar a história, que impede o acesso a outras versões, que o impossibilita de conhecer sua origem. Assim, voltando ao conceito de mito e tomando emprestadas as palavras de Castro (2018, p. 26), “o mito é um discurso de poder sobre uma coisa ou pessoa. [...] Portanto, é através do “mito negro” que o negro irá ‘tornar-se (um) negro’ com aquilo que marca o seu corpo nesta diferença que o desumaniza, onde na realidade haveria

a identificação”. Assim, o mito negro se constitui rompendo uma das figuras características do mito - a identificação - e impondo a marca do insólito, do diferente (SANTOS, 1983).

Ainda segundo a autora, uma das formas de se exercer a autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo. “Discurso que se faz muito mais significativo quanto mais fundamentado no conhecimento concreto da realidade” (p. 17). Mas como ter acesso a esta realidade se esta é invisibilizada, negada e omitida? Como produzir formas de superar o mito criado (imposto) sobre sua existência? Nos constituímos pela palavra, por essa narrativa que nos conta algo e nos faz recontar. No entanto, fica claro que a existência de uma história universal que nos constitua igualmente é impossível. Se somos, além do que nos contam, também as marcas do que vivemos, temos de convir que existe, sim, uma grande diferença para a constituição subjetiva quando esta narrativa que nos precede já carrega o peso de tantas rasuras.



A CRIAÇÃO DO QUE NÃO É

“tudo o que não invento é falso”

(Manoel de Barros, Memórias Inventadas)

Como vimos até agora, o processo para que a criança possa contar a própria história é uma construção que leva tempo e implica diversos fatores. Sabemos que ela se apropria dos significantes emprestados pelo Outro para montar esse quebra-cabeça que, um dia, assumirá como seu. No início, está tão alienada ao discurso do Outro que não consegue diferenciar o que é “eu” e o que é “tu”. Fala de si na terceira pessoa, como se fosse, de fato, outro. “A criança fala de si colada à posição discursiva do outro [...], deslocando-se para o lugar desde onde o outro fala dela” (MOSCHEN, 2011, p.92). No entanto, é muito perspicaz ao observar a trama familiar na qual está inserida e vai, aos poucos, entendendo os elementos do jogo. Ou, em outras palavras, os significantes usados (ou não) pelos pais passam a fazer sentido. Segundo Miriam D. Rosa,

“a condição para que a criança fale, na referência ao pai, é que lhe seja permitido poder ir além do dito literal ou de sua intencionalidade, poder ouvir, entender e concluir sobre aspectos que os pais não quiseram dizer. Supõe que a criança separe do significado intencional, o significante. Os restos deixados pelo enunciado são, eles mesmos, os portadores de novos sentidos que, quando surgem, exigem que o sujeito renuncie à segurança e ao apoio no enunciado e se arrisque ao estranhamento [...] O não-dito, aqui relacionado à enunciação, cria o espaço fantasmático e possibilita a fantasia” (2000, p. 29).

É o não-dito que possibilita que o sujeito se articule simbolicamente, lutando contra o confronto real e a submissão ao outro. Portanto, conforme o tempo passa, uma separação se faz necessária. A criança passa a dizer “não!”. Para se afirmar enquanto sujeito, ela precisa negar o que o outro oferece, mesmo que isto faça parte do seu desejo (e, logo em seguida, aceite).

Podemos dizer, no entanto, que o sujeito está apropriado da linguagem quando passa a ser capaz de usá-la para enganar um outro. “É no espaço do Outro que o sujeito se vê. Também é desse ponto que está o espaço de onde ele se olha, de onde ele se fala. É nesse lugar do Outro que começa a constituir no sujeito a mentira verídica, local onde começa a participação do desejo no nível do inconsciente” (LACAN, 1995, p. 130). É porque a criança já está no mundo da linguagem e porque já é capaz de criar uma narrativa, que ela pode fingir, imitar e “mentir”, contar uma história imaginada. “O que o sujeito me diz está sempre numa relação fundamental a um fingimento possível, aonde ele me remete e onde eu recebo a mensagem invertida [...] É

essencialmente essa incógnita na alteridade do Outro que caracteriza a ligação da palavra no nível em que ela é falada ao outro” (LACAN, 1955-1956, p. 48). A mentira presume a presença do Outro na autenticação do sentido (PALOMBINI; ROSA, 2017).

Mesmo a linguagem engana. Lacan nos diz que a verdade (toda) não pode ser dita, porque para isso faltam palavras. Esse impossível é o impossível da linguagem, a impossibilidade de o significante abarcar o real. “Uma falta contornada pelos significantes, evidencia uma meia verdade, pois sobre ela toda não se sabe” (PALOMBINI; ROSA, 2017). Assim, quando o dito é dito e, por ter sido dito, já não faz mais sentido, fica claro quando Lacan diz que a verdade tem estrutura de ficção. Há algo que escapa.

Há, aqui, portanto, uma virada: finalmente a criança se engaja na construção da própria narrativa, já pode “dizer”: essa é a minha história. E é exatamente a partir do conjunto dessas várias ficções que vai se constituindo. Como vimos, o fantasma é o filtro através do qual vemos o mundo e vai se alimentando com o que contam da gente, com o que a gente vive e com o que contamos de nós mesmos. Foucault também aborda essa forma de construção da realidade relativa às marcas do sujeito quando diz que “a verdade [...] não está na relação das palavras com o mundo, mas nessa tênue e constante relação que as marcas verbais tecem de si para si mesmas” (1966, p. 64). No entanto, para a psicanálise, é preciso um outro para quem se enderece essa narrativa. Sendo assim, podemos acrescentar as palavras de Lacan, que dizem que “uma palavra não é palavra a não ser na medida exata em que alguém acredita nela” (LACAN, 1953, p. 311), visto que a linguagem está diretamente relacionada ao Outro (e isso implica “a relação das palavras com o mundo”).



AGORA EU ERA

*Agora eu era o herói
E o meu cavalo só falava inglês
A noiva do cowboy
Era você além das outras três
Eu enfrentava os batalhões
Os alemães e seus canhões
Guardava o meu bodoque
E ensaiava o rock para as matinês
Agora eu era o rei
Era o bedel e era também juiz
(Chico Buarque, João e Maria)*

Freud foi muito perspicaz ao observar como se dá a elaboração da perda (da mãe) na criança. Ao ver que seu neto brincava com um carretel, percebeu que era uma brincadeira de desaparecimento e reaparição: quando o lançava para longe emitia um som - *fort* - e quando o resgatava - *da*. Vendo que ele repetia incessantemente a brincadeira, Freud notou que, na verdade, não se tratava do carretel em si, mas da perda - da mãe. Para que a criança consiga suportar a saída da mãe, reproduz no brincar essa experiência, repetindo quantas vezes necessário e, mais importante, saindo de uma posição passiva (de quem é abandonado) para uma ativa (de quem joga o carretel). Além disso, Freud observou que, mesmo que o retorno fosse claramente mais prazeroso, o primeiro ato (ir embora) era repetido incansavelmente, como um jogo em si, um jogo de ir embora. E a linguagem se estrutura da mesma forma: na perda. É na ausência da coisa que falo. Podemos pensar, a partir disto, que neste momento, durante este jogo, o pequeno neto de Freud já, de alguma forma, começava a narrar sua versão da história.

Com o passar do tempo, depois de anos se utilizando de significantes emprestados, a criança, já mais apropriada da linguagem, passa a se contar de um jeito outro, na fantasia. O lúdico faz parte do mundo dos pequenos. Não é estranho, quando observamos as crianças enquanto brincam, escutarmos a frase “agora eu era...”. Tempo inexistente na gramática, mas que nunca nos ocorre corrigir. Isso porque a criança se utiliza de dois tempos verbais para demonstrar justamente esse duplo em que vive: a antecipação do adulto que tem potencial para surgir e a criança que, de fato, é.

“Esta antecipação, provocada pelo adulto, encontra na linguagem infantil seu correlato estrutural: a conjugação de um “futuro anterior”, que insiste no jogo, para resistir ao real de sua insuficiência que, ali mesmo, está a espreitar. Assim, as crianças ensaiam uma e outra vez seus ‘faz-de-conta-que-eu-era’..., seus “E então tu vinhas...” “Fica quieta – diz para a irmãzinha – não te dás conta que tu eras a princesa!” [...] É um agora que não é presente, mas sim futuro; que lança, portanto, o presente, o ser, ao era, do passado indefinido” (JERUSALINSKY, A. 1999, p. 44-45, grifo do autor).

Essa brincadeira com as palavras permite que se transite entre as bordas. Assim, se equilibra na linha entre o que contam e o que consegue contar. Entre a história do outro e a dela. Assim como o objeto transicional, utilizado para atravessar a fronteira para os ‘primeiros passos’ de independência e separação da mãe, os jogos verbais, ao meu ver, não deixam de cumprir o mesmo propósito. A criança brinca com essa angústia do ideal, do vir a ser. “Qual o outro agora de uma criança? O futuro, o ideal parental ao qual ela tem que responder, o ser sexuado que o fantasma já é, mas de cujo ato ele ainda não pode dar conta. Então, é desde essa posição que ela brinca. Para que brincam as crianças? Para ser tudo o que, todavia, não são. (JERUSALINSKY, A. 2011, p.17). Na fantasia, pode ser quem quiser: o herói, o vilão, e tudo no mesmo dia... Afinal, o medo que a sina se cumpra sempre está presente: medo de sucumbir totalmente ao desejo do Outro, medo de encarnar a narrativa a partir da qual nos criamos e, também, medo de nunca atingir esse ideal. Todavia, em algum momento, os jogos cessam: “os jogos verbais infantis são deixados de lado e as cadeias associativas que os caracterizam tornam-se inconscientes. Assim, o recalçamento aparece como linha divisória entre a produção verbal característica de um tempo inicial e aquilo que posteriormente irá emergir como retorno do recalçado nas diversas formações do inconsciente” (PINHO, 2008 p. 42).

Como vimos, a infância enquanto momento privilegiado de se ser criança, surge a partir da modernidade. Freud inaugura o pensamento de que para se pensar na atividade psíquica do adulto, é preciso se voltar para a infância. “Não mais se expulsa a criança, mas se aceita a permanência do infantil na constituição psíquica de todo sujeito. Reconhece-se no infantil a articulação ao desejo” (APPOA, 2011, p. 08). A existência do infantil no psiquismo (que não se limita nem se dissolve na infância), tem o pressuposto de que na própria infância reside sua sustentação. Então, temos que o infantil é o trabalho psíquico necessário para mudar a posição de objeto de gozo do Outro, buscando a posição de sujeito desejante (STEIN, 2011). Mais que isso, o infantil enquanto substantivo marca, no adulto, justamente esse resto: o resto da infância que sobra e que levamos para a vida adulta.

“Essa dimensão estrutural do infantil se refere à insuficiência fundamental do ser humano, ao desamparo comum a todos nós, e que coloca a necessidade de nos inscrevermos numa ordem simbólica, o que só poderá ser feito mediado pela construção de uma fantasia. É nesse sentido que podemos pensar o infantil: como um solo fundante, arcaico e originário, produtor da fratura necessária, que impulsiona o sujeito a inventar uma ficção para si mesmo, uma história que se faz no próprio movimento de narrar-se, “conta-se” sujeito” (STEIN, 2011 p.16).



ERA UMA VEZ...

*Eis que se delineia espantosa batalha
entre o mundo inventado e o mundo inventor.
Sou ficção rebelada contra a mente universa
e tento construir-me de novo a cada instante, a cada cólica,
na faina de traçar meu início só meu
e distender um arco de vontade para cobrir todo o depósito
de circunstantes coisas soberanas*
(Carlos Drummond de Andrade, A suposta existência)

Nos capítulos anteriores, falamos sobre a narrativa enquanto transmissão, a forma como ela se articula na constituição psíquica do sujeito (que, como vimos, não é universal) antes mesmo de seu nascimento, o percurso - trabalhoso - de apropriação da linguagem (que perpassa desde o enganar até um tempo específico das crianças). Mas o que resta depois disso? Como o agora sujeito de desejo se vê com sua história após esses momentos iniciais? Como continua a ficção do si mesmo?

Acredito que, assim como a teoria do trauma, pensada por Freud, as coisas vão se dando *a posteriori*, fazendo sentido em um segundo momento, quando repetidas. Assim, penso que neste momento, há uma remarca no sujeito. Agora, o Outro é outro, diferente daquele do começo que dizia “tu és”. Tem muito mais nesse Outro, e tem muito mais nesse sujeito. “Lacan se refere ao sujeito de desejo como sendo aquele que, ao suspender o dito que o marca, o ‘tu és’, encontra em seu próprio dizer a contundência do Outro da linguagem, que o remarca. Esta operação, portanto, não produz a absolvição do sujeito, a liberdade do desejo, mas a impressão do que o causa, fazendo aí uma dupla marca, consumação [...] da castração. Aqui, o sujeito se constata irremediavelmente mortificado pelo significante: mais que filho do significante, mais que simplesmente dito, nomeado, vê-se aí portador do significante, de um dizer que nomeia, pai do nome” (GUATIMOSIM, 2008, p. 210).

A partir do que foi dito, acredito que podemos pensar que uma das formas da perpetuação da narrativa de si pode se dar através da análise. Nas palavras de Ana Costa (1998, p. 62), “na clínica, vamos encontrar a ficção como responsável pela construção das figuras do Outro. É o que dá vestimenta ao Outro, que a partir de então não apresenta somente sua face de linguagem, adquirindo a consistência de uma presença, a consistência de um corpo”. Sabemos que há algo que sempre escapa à linguagem; a palavra falta. Por isso, a psicanálise se organiza em torno da impossibilidade de um enunciado completo, exaustivo; em torno de um

‘a mais’ não-dito no enunciado, mas presente e atuante para o sujeito em suas relações. A partir da constatação clínica de que o enunciado não contém todo o dito, a psicanálise tece os seus conceitos fundamentais, engendrando teoria e prática (ROSA, 2000). Então, como disse Lacan, “é justamente por isso que a experiência analítica não é objetivável. Comporta sempre no seio de si mesma a emergência de uma verdade que não pode ser dita, porque o que a constitui é a fala e seria preciso, de certo modo, dizer a própria fala, o que é, propriamente falando, o que não pode ser dito enquanto fala” (1953, p. 12). É por essa razão que não nos importa, na clínica, uma verdade histórica, mas sim como o sujeito se articula e se conta a partir do seu fantasma. “Maior relevância é dada à enunciação, é a enunciação que porta verdade, e assim se torna importante a forma como cada sujeito conta sua história através de um discurso articulado por significantes” (TRISKA; D’AGORD, 2007, p. 233). Nas palavras de Lacan (1993, p. 55), “mesmo que as recordações da repressão familiar não fossem verdadeiras, seria preciso inventá-las, e não se deixa de fazê-lo. O mito é isso, a tentativa de dar forma épica ao que se opera no nível da estrutura. O impasse sexual secreta as ficções que racionalizam o impossível de onde ele provém”.

Assim, podemos observar que a remarca que ocorre no sujeito, também aparece na experiência analítica:

“Freud disse que o nervoso curado realmente veio a ser um outro ser humano, embora no fundo ele permaneceu, naturalmente, o mesmo, isto é, ele veio a ser como, no melhor dos casos, sob as condições mais favoráveis, poderia vir a ser. Isso, porém, já é muita coisa. Podemos ler esse condicional freudiano jogando aqui com a marca do “terá sido” lacaniano - que tanto pode cumprir-se no fecho de uma significação predestinada, como abrir-se à fenda que vaza e constitui o sujeito para a acontecência contingente. Pois o que terá sido, ainda não foi” (GUATIMOSIM, 2008, p. 208).

Isso quer dizer que as coisas não estão dadas. Apesar dos dons e maldições dados pelas fadas, o destino é incerto. Podemos pensar a mesma coisa em relação à constituição do infans: apesar de toda a herança que recebe, quem se tornará?

Como vimos ao longo deste trabalho, os contos de fadas têm papel essencial na constituição subjetiva das crianças. A criação dos contos de fadas fez com que passassem a compor a vasta mitologia universal que, com toda a sua riqueza simbólica, faz com que sejam ‘depositários de significações inconscientes’. “A capacidade de sobrevivência dos melhores contos de fadas, que continuam encantando crianças das gerações dos computadores [...] consiste em seu poder de simbolizar e “resolver” os conflitos psíquicos inconscientes que ainda

dizem respeito às crianças de hoje” (KEHL, 2006, p.16). Além disso, mesmo depois de adultos, eles nos incentivam, enquanto pais, a perpetuar essa forma de transmissão, oferecendo aos pequenos, significantes com os quais eles possam trabalhar do seu modo.

“Se cada filho tem que recontar a própria história à sua maneira para fazê-la sua, os autores de Fadas no Divã nos apresentam sua versão particular dos pais suficientemente bons, de Winnicott, como *pais suficientemente narradores*: estes são capazes de tecer uma teia de sentido em torno das crianças, e ao mesmo tempo deixá-la incompleta para que estas continuem a tarefa de produzir o romance familiar apropriado a suas pequenas vidas” (KEHL p.19).

Ouvir e contar histórias está, como vimos ao longo deste trabalho, no cerne da constituição do sujeito enquanto tal. É nesse jogo com o tempo que vão se articulando os elementos para contar-se. Afinal, reafirmando as palavras de Pinho, “se a estrutura já está antecipada no Outro, é no desenrolar da história do sujeito que o trabalho de inscrição vai se dar” (2007, p.26).



REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A suposta existência** in "A paixão medida". Poesia completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

Barros, Manoel de, 1916-2014 **Memórias inventadas** / Manoel de Barros. – 1ª– ed. – Rio de Janeiro : Alfaguara, 2018. 2005

BENJAMIN, Walter. **O narrador**: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. Magia e técnica, arte e política, v. 5, 1994.

BETTS, Jaime. **Desamparo e Vulnerabilidade no laço social**: a função do psicanalista. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre,(45-46), p. 9-19, 2014.

BONFIM, Flávia. **Constituição subjetiva**: Alienação e separação.

<http://flaviabonfim.blogspot.com/2012/05/alienacao-e-separacao-no-ensino-de.html>

CABAS, Antônio Godino. **Curso e discurso da obra de Jacques Lacan**. São Paulo: Moraes, 1982

CALLIGARIS, Contardo. **Essas crianças que amamos demais**. In: Crônicas do individualismo cotidiano. p. 215-221 São Paulo : Editora Ática, 1996

CASTRO, Jaime. **Não-ditos e as (im)possibilidades de contar histórias**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018

COSTA, Ana D. (1998). **A ficção do si mesmo**: interpretação e ato em psicanálise. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 7-14. 1998

COSTA, Germano Q.; LEITE, Sonia. **O infantil na constituição subjetiva**: restos, escrita e narrativa Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., São Paulo, 18(4), 619-633, dez.2015
<http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2015v18n4p619.3>

COUTO, Mia. Identidade. In: _____. **Raiz de orvalho e outros poemas**. Leya, 2011

EVARISTO, Conceição. **Representações Performáticas Brasileiras**: teóricas, práticas e suas interfaces. (org) Marcos Antônio Alexandre, Belo Horizonte, Mazza Edições, 2007, p 16-21.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas** (1966). São Paulo: Martins, 2007.

FREUD, Sigmund. **Projeto para uma psicologia científica** (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 1996, Vol. 1) 1895

_____. **“Gradiva” de Jensen e outros trabalhos**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. V. IX. 1908

_____. **La novela familiar de los neuroticos**. Obras completas, v. IX. Buenos Aires: Amorrortu, 1909.

_____. **A transferência**, Conferências introdutórias sobre psicanálise. In.: Obras completas, Edição Standard brasileira, Rio de Janeiro: Imago, 1976. Vol. XVI. (1916-1917),

_____. **Além do princípio do prazer**. vol. XVIII. Obras Completas. Rio, 1920.

GUATIMOSIM, Bárbara. **Da filiação à nobre bastardia: linhagem real do desejo**. In: Os tempos do sujeito do inconsciente: a psicanálise no seu tempo e o tempo na psicanálise - Anais do V Encontro Internacional da IF-EPFCL Internacional dos Fóruns-Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano 05 e 06 de julho de 2008 ▪ São Paulo (Brasil) pag 208 e 209.

HOLANDA, Chico Buarque. João e Maria. 1977
Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/chico-buarque/45140/>

JERUSALINSKY, Alfredo. Psicanálise e desenvolvimento infantil. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999

_____. **Para compreender a criança: chaves psicanalíticas**. São Paulo: Instituto Langage, 2011.

JERUSALINSKY, Julieta. Sobre a voz e a letra nos primórdios do psiquismo In: **A criação da criança: letra e gozo nos primórdios do psiquismo**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

KEHL, Maria Rita. **A criança e seus narradores**. In: Fadas no Divã: psicanálise e histórias infantis/ Diana Lichtenstein Corso, Mário Corso. - Porto Alegre: Artmed, 2006

KRINSKY, Sthefan.; MADEIRA, Manoel; MOSCHEN, Simone. **As máscaras e a estrutura mítica: verdade ficcional e hiância subjetiva**. (no prelo)

LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed, 1949.

_____. **O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud**. Tradução B. Milan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1953.

_____. **O mito individual do neurótico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008 – 1954

_____. **O seminário, livro 3: as psicoses**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar 1955-1956

_____. **O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar 1964.

_____. **Televisão**. In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed 2003, 1973

LISPECTOR, Clarice . **A Hora da Estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998

LO BIANCO, Anna C.; COSTA-MOURA, Fernanda; SOLBERG, Marisa. **A psicanálise e as narrativas modernas: a transmissão em questão**. in *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, vol.22, n.2, p.17 – 25, 2010

MADEIRA, Manoel; MOSCHEN, Simone. **Clínica menor e outros ensaios minoritários**. (No prelo)

MOSCHEN, Simone. **A infância como tempo de iniciação à arte de produzir desobjetos**. *Rev. Assoc. Psicanal. Porto Alegre*, Porto Alegre, n. 40, p. 89-98, jan./jun. 2011

PALOMBINI, Patrícia; ROSA, Carlos M. **Nada mais que a verdade: um estudo psicanalítico sobre a concepção de mentira**. *Polêm!ca*, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 016-026, abr. 2017. ISSN 1676-0727. Disponível em:

<<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/28293/20341>>. Acesso em: 08 ago 2018.

PINHO, G. Sobre a clínica psicanalítica com crianças. In: BACKES, C., org. **A clínica psicanalítica na contemporaneidade** [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. Available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/ckhzg/epub/costa-9788538603870.epub>.

_____. **A construção do simbólico na criança**. In: *Da infância a adolescência: os tempos do sujeito - Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre* n. 35, jul./dez. 2008

ROSA, Miriam D. **Histórias que não se contam:** o não-dito na psicanálise com crianças e adolescentes. São Paulo: Casa do Psicólogo

SANTOS, Neusa. **Tornar-se negro.** *Rio de Janeiro: Graal.* 1983.

STEIN, Maria Lucia. **Infantil, eu?** In: O infantil na psicanálise. Rev. Assoc. Psicanal. Porto Alegre, Porto Alegre, n. 40, p. 09-17, jan./jun. 2011

TRISKA, Vitor H.; D'AGORD, Marta. **Mito e estrutura:** um estudo sobre a verdade em psicanálise. *Tempo psicanalítico, Rio de Janeiro, V.39, P.225-238, 2007*

Ilustrações: Thainan Machado